



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Secretaria-Geral
Divisão de Conselhos
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Bangu · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11)3356-7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

Ata nº 001/2016/Ordinária/ConsUni

1 Aos 22 dias do mês de março do ano de 2016, no horário das 14h , na sala dos Conselhos, Torre
2 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bloco A,
3 Torre I, 1º andar, Bangu, Santo André, realiza-se I sessão ordinária do Conselho Universitário
4 (ConsUni) da UFABC do ano 2016, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor,
5 professor Klaus Capelle, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Dácio Roberto Matheus,
6 vice-reitor; Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo, representante docente do Centro de
7 Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); André Guilherme Ribeiro Balan,
8 representante docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Annibal
9 Hetem Junior, diretor do CECS; Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, representante docente do
10 CCNH; Charles Morphy Dias dos Santos, representante suplente docente do CCNH; Daniel
11 Pansarelli, pró-reitor de extensão e cultura; Edson Pinheiro Pimentel, diretor do CMCC; Eduardo
12 Peres Novais de Sá, representante docente do CCNH; Everaldo Carlos Venâncio, representante
13 docente do CECS; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do CECS; Gustavo
14 Adolfo Galati de Oliveira, pró-reitor de assuntos comunitários e políticas afirmativas; Gustavo
15 Martini Dalpian, pró-reitor de pós-graduação; Herculano da Silva Martinho, representante
16 docente do CCNH; Igor Fuser, representante docente do CECS; João Manoel Losada Moreira,
17 representante docente do CECS; José Carlos Rodrigues Silva, representante docente do CCNH;
18 Júlio Francisco Blumetti Faci, pró-reitor de administração; Lucas Becker, representante discente
19 de graduação; Luciano Soares da Cruz, pró-reitor adjunto de graduação; Luiz Carlos Rozante,
20 representante docente do CMCC; Marcela Sorelli Carneiro Ramos, pró-reitora de pesquisa;
21 Marcelo Augusto Leigui de Oliveira, representante suplente docente do CCNH; Márcio Fabiano
22 da Silva, representante docente do CMCC; Maria Isabel Mesquita Vendramini Delcolli,
23 representante dos técnicos administrativos; Marta Oliveria Rodrigues, representante dos técnicos
24 administrativos; Matheus Cassina Ribeiro, representante discente de graduação; Nunzio Marco
25 Torissi, representante docente do CMCC; Paula Rondinelli, representante suplente dos técnicos
26 administrativos; Regina Helena de Oliveira Lino Franchi, representante suplente docente do
27 CMCC; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos
28 administrativos; Tatyane Estrela, representante discente de graduação; Vitor Emanuel Marchetti
29 Ferraz Júnior, pró-reitor de Planejamento de Desenvolvimento Institucional; Vladimir Daniel
30 Ojeda da Silva, representante discente de graduação e Vladimir Perchine, representante docente
31 do CMCC. **Ausências justificadas**: Mauro Coelho dos Santos, representante docente do CCNH.
32 **Ausentes**: Ana Lúcia Sanches, representante da comunidade civil; Gabriela Spanghero Lotta,
33 representante docente do CECS; Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da
34 comunidade civil; Paulo Roberto Elias de Souza, representante discente de pós-graduação e
35 Roberto Asano Junior, representante discente de pós-graduação. **Não-votantes**: Fábio Willy
36 Parno, discente; Marcia Helena Alvim, docente coordenadora de Gestão do PIBID/UFABC;
37 Muryatan Santana Barbosa, docente do curso de Relações Internacionais; Patrícia Guilhermitti
38 Pereira, representante suplente dos técnicos administrativos; Reginaldo Fracasso, procurador
39 federal; Soraya Cordeiro, secretária-geral e Wesley Guilherme Alves, representante suplente
40 discente de graduação. Havendo quórum legal, o presidente, após cumprimentar os presentes,





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Secretaria-Geral
Divisão de Conselhos
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Bangu · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11)3356-7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

Ata nº 001/2016/Ordinária/ConsUni

41 abre a sessão às 14h16, com os **informes da Reitoria**. 1) Professor Klaus dá posse aos novos
42 conselheiros representantes discentes da graduação, titulares e suplentes, respectivamente: Lucas
43 Becker e Wesley Guilherme Alves; Matheus Cassina Ribeiro e Luan Carlos Strombek Honório;
44 Tatyane Estrela e Robert Vagner Soares da Paixão Junior; Vladimir Daniel Ojeda da Silva e
45 Mirela de Oliveira Tomazini; e da pós-graduação: Paulo Roberto Elias de Souza e Emmanuel
46 Vitor Cleto Duarte; Roberto Asano Júnior e Ricardo Drudi. Em seguida agradece aos
47 conselheiros discentes que encerraram seus mandatos e passa a palavra à secretária-geral, Soraya
48 Cordeiro, que solicita indicações de um representante discente de graduação e um de pós-
49 graduação para a Comissão de Natureza Orçamentária e Administrativa (CANOA) e para a
50 Comissão de Relações Internacionais (CRI); 2) passa a palavra ao procurador federal Doutor
51 Reginaldo Fracasso, que se despede deste Conselho, visto que, após completar 10 anos de
52 atividades nesta Instituição, deixará a UFABC para integrar a equipe jurídica da Universidade
53 Federal de São Paulo (Unifesp). Agradece aos técnicos administrativos da Instituição e a todos
54 que participaram da construção da UFABC. Os conselheiros aplaudem o procurador. Professor
55 Klaus agradece por todos os trabalhos realizados em prol da UFABC e propõe uma Moção de
56 Agradecimento que, após leitura, é votada e aprovada por unanimidade; 3) relata caso de
57 agressão sofrido pela filha do docente Giorgio Romano e informa que está até o momento
58 sofrendo ameaças. Propõe uma Moção de Repúdio que, após leitura e deliberação, é aprovada
59 por unanimidade; 4) discorre sobre o atual contexto político e sugere que o ConsUni manifeste-
60 se em relação à situação nacional, apresentando uma Moção em Defesa à Democracia e ao
61 Estado de Direito, redigida coletivamente por alguns dirigentes. Após discussões são realizadas
62 propostas de modificações que, após aprimoramento, são as seguintes: a) substituir o termo
63 “corrente de pensamento” por “perspectiva”; b) incluir a violência simbólica, além da física; c)
64 incluir parágrafo entre o segundo e o terceiro, com o seguinte texto: “É imprescindível que as
65 instituições que têm a obrigação de salvaguardar e interpretar as leis do país o façam de forma
66 republicana, evitando assim o agravamento dos tumultos ao ambiente democrático e a destruição
67 indevida de reputações.”. Diversos conselheiros manifestam-se, alguns sendo favoráveis às
68 alterações e inclusão do parágrafo e outros contrários. Professor Dalpian, representando a área
69 demandante, acata as sugestões de alteração b) e c), e, em votação, a sugestão a) não é aprovada
70 por 20 votos contrários, 6 favoráveis e 5 abstenções. Consolidado o texto, procede-se à votação.
71 Moção aprovada com 1 abstenção. Professor Klaus informa que a Moção será publicada no site
72 ainda hoje; 5) passa a palavra para à secretária-geral, Soraya Cordeiro, que informa que a
73 Comissão de Natureza Orçamentária e Administrativa (CANOA), em reunião ocorrida no dia 10
74 de março, aprovou a atualização dos valores das taxas cobradas pela Divisão de Registro de
75 Diplomas pelos serviços prestados. Professor Klaus retoma a palavra para ressaltar que tal
76 alteração contribuirá para o aumento na captação de recursos para a UFABC; 6) comunica sobre
77 a inauguração das quadras poliesportivas no *campus* Santo André e informa que em breve serão
78 inauguradas as quadras provisórias do *campus* São Bernardo do Campo. Anuncia a inauguração
79 da Central Multiusuário em São Bernardo do Campo e parabeniza o professor Herculano da
80 Silva, coordenador de ambas as Centrais; 7) passa a palavra ao professor Vitor Marchetti para



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Secretaria-Geral
Divisão de Conselhos
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Bangu · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11)3356-7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

Ata nº 001/2016/Ordinária/ConsUni

que realize uma apresentação aos conselheiros a respeito do Orçamento da Universidade, Execução 2015 e Pacto 2016, com o objetivo de decodificar algumas informações para a comunidade, uma vez que o conteúdo do Relatório de Gestão apresenta formato de difícil compreensão àqueles que não são familiarizados com os termos, pois esse documento, que será entregue ao Tribunal de Contas da União, é construído de acordo com normas técnicas específicas. Quanto à Execução do Orçamento de 2015, apresenta o montante empenhado de R\$ 242.425.850,47, dividido nos seguintes itens: a) manutenção e funcionamento – R\$ 35.602.620,50; b) obras, instalações e reformas – R\$ 23.108.230,25; c) assistência estudantil – R\$ 14.950.260,04; d) materiais didáticos – R\$ 2.355.189,40; e) administração – R\$ 1.502.538,68; f) capacitação – R\$ 914.247,75; g) internacionalização – R\$ 904.434,63 e h) outras despesas – R\$ 1.044.722,12. Após detalhar cada um dos itens, apresenta um resumo dos valores de investimento e custeio 2015: i) quanto a custeio: a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015 previu repasse de R\$ 61.405.258,00, o limite recebido foi de R\$ 55.654.916,15, representando um percentual de 90,6% da LOA. Já o valor executado foi de R\$ 55.596.984,21, representando um percentual de 99,9% do limite recebido e ii) quanto a investimento: A LOA de 2015 previu repasse de R\$ 40.715.266,00, o limite recebido foi de R\$ 26.610.307,00, representando um percentual de 65,4% da LOA. Já o valor executado foi de R\$ 26.610.307,00, representando um percentual de 100% do limite recebido. Passa então, ao cenário orçamentário da instituição para o ano 2016. Apresenta os valores das LOA de 2006 a 2016 para custeio e investimento, ressaltando que são muito parecidos os dos anos de 2011 e 2016. Tal fato tem grande impacto se considerados o processo inflacionário e o crescimento da UFABC nesse período. Para custeio, o valor total é de R\$ 47.838.482,00, dos quais R\$ 7.555.047,00, ou seja, 16% do total, são carimbados. Informa que o valor é 24% menos do que em 2015. Cita o Fundo Orçamentário, criado para oferecer mais agilidade em assuntos emergenciais, que centraliza o orçamento de algumas áreas meio. Em discussão, os diretores do CMCC, professor Edson Pimentel, e do CCNH, professor Ronei Miotto, expressam a preocupação de seus Centros em relação aos recursos para a manutenção dos cursos de graduação. Consideram que deveria haver mais discussão com as áreas após os cortes realizados pelos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação e mencionam não ter havido qualquer valor destinado a investimento dos Centros por dois anos consecutivos. Professor Vitor detalha os processos de construção do orçamento, afirmando que as discussões com as áreas ocorrem, também, num segundo momento. Quanto às preocupações em relação aos valores de investimento, afirma que foi necessário garantir a manutenção e consolidação dos espaços físicos na Universidade, diante do cenário nacional. Porém, o orçamento é orgânico e possíveis demandas podem ser analisadas. Alguns conselheiros demonstram preocupação com relação à manutenção dos equipamentos de laboratório. Menciona-se ser admirável o parque de equipamentos da UFABC. Em vista disso, sugere-se a possibilidade de prestação de serviços e com os recursos arrecadados realizar a manutenção desses equipamentos. Menciona-se, ainda, o fato de a apólice de seguros dos alunos que estagiam estar vencida e é explicado que o valor do seguro, para esse ano, quase triplicou. Assim, alternativas e recortes estão sendo estudados para se obter um valor praticável.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Secretaria-Geral
Divisão de Conselhos
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Bangu · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11)3356-7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

Ata nº 001/2016/Ordinária/ConsUni

Questiona-se, em se tratando de contenção de despesas, se há alguma previsão de diminuição do número de funcionários terceirizados, de despesas com recursos humanos em geral. Questionado se a Universidade tem deixado de cumprir com suas obrigações financeiras, professor Júlio Facó responde que os repasses têm acontecido de forma irregular, o que gera alguns problemas para o pagamento de notas de contratos. Explica que as prioridades de pagamento são, respectivamente, bolsas, funcionários terceirizados e obras. Professor Klaus explica que este ponto trata-se de um informe, não havendo necessidade de votação. O Relatório de Gestão, porém, necessita de votação para ser encaminhado ao Tribunal de Contas da União. Considera que, quanto ao aspecto interno da discussão do orçamento, a UFABC está entre as mais participativas e transparentes. Há discussão de orçamento no ConsUni, há os Agentes de Planejamento e os números são todos divulgados e discutidos. Menciona a CANOA como o âmbito para elaboração de propostas de melhoria de discussão do orçamento. Concorde com os conselheiros que mencionaram a renovação e manutenção dos equipamentos da UFABC. Por fim, informa ter conseguido, em reunião junto ao MEC, uma suplementação de cerca de quinze milhões para obras, de modo a avançar e talvez concluir ainda em 2016, as obras dos Blocos C, E, L, F, Zeta e do Biotério Central. Findo o informe e dada a necessidade de envio do Relatório de Gestão 2015 ao Tribunal de Contas em data próxima, professor Klaus passa à discussão da **Ordem do Dia. Relatório de Gestão 2015.** Professor Júlio apresenta o parecer da CANOA favorável à aprovação do Relatório em questão. Explica que a prestação de contas é a comprovação pelos gestores da boa e regular aplicação dos recursos que foram repassados à determinada Instituição e consiste em obrigação legal, conforme parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal. Acrescenta que o documento possui formato e conteúdo padronizados pelo Portaria TCU nº 321/2015. Quanto a sua elaboração, é construído com a contribuição de cada unidade administrativa da Universidade, consolidado pela Coordenadoria de Planejamento Orçamentário da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (ProPlaDI). O prazo para sua submissão ao TCU é 31 de março do corrente. Informa que o documento é composto por oito partes, mas o enfoque da apresentação é a visão geral da UFABC. Destaca os resultados produzidos: a) no *campus* Santo André: i) entrega parcial do estacionamento projetado no Bloco Esportivo; ii) finalização de duas quadras poliesportivas descobertas; iii) conclusão das obras civis do Bloco Cultural (Bloco C) e iv) etapa final da construção do Bloco de Laboratórios (Bloco L); b) no *campus* São Bernardo do Campo: i) entrega do Bloco Ômega, que abriga 19 laboratórios destinados à pesquisa em Engenharia; ii) contratação de projetos de acessibilidade do *campus*; construção de um hangar provisório (tenda); e iii) contratação de projetos básicos e executivos do hangar definitivo e do Centro de Convivência. Além disso, menciona outros destaques: i) foram contabilizadas 13.035 matrículas nos 26 cursos de graduação, sendo 8.387 no *campus* Santo André envolvendo o Bacharelado Interdisciplinar e o BC&T, e 4.648 no *campus* São Bernardo envolvendo os BI's, BC&T e BC&H; ii) foram enviados ao exterior 1.400 alunos de graduação por meio do programa Ciências sem Fronteiras; iii) foram atendidas 70 pessoas com deficiência, proporcionando apoio aos alunos em suas inserções nas atividades acadêmicas e na conquista de autonomia; iv) foram ofertados 23 programas de pós-graduação, atendendo a 810





Ata nº 001/2016/Ordinária/ConsUni

161 mestrandos e 323 doutorandos; v) foram ofertados, por meio de ações extensionistas, 13 cursos e
162 3 Workshops, com atendimento a cerca de 1.400 alunos; vi) foram atendidos 720 alunos
163 concluintes do ensino médio pelo Programa Escola Preparatória; vii) foram registrados na
164 plataforma Web of Science 475 publicações científicas de pesquisadores da UFABC; viii) 2.087
165 alunos foram beneficiados com bolsas sociais oferecidas pela Universidade, totalizando cerca de
166 63.000 benefícios concedidos; ix) foram beneficiados 232 alunos de graduação e 669 alunos de
167 pós-graduação com bolsas de ensino; x) as bolsas de extensão totalizaram 269 beneficiários e xi)
168 na área de pesquisa foram concedidas 301 bolsas. Em discussão, levanta-se questionamento
169 acerca da afirmação constante na página 186 do documento: “[...]destaca-se o aumento de 21,2%
170 (+6,9 pp) da “Taxa de Sucesso na Graduação” em relação a 2014, alcançando índice maior que a
171 média dos anos anteriores.” Argumenta-se que, ao ler todo o parágrafo, ele parece confuso e
172 inverossímil. Ainda, no Relatório de Gestão 2014, colocou-se o custo por aluno, o que não
173 ocorreu no documento atual. Ainda na mesma página, há um erro gráfico e sugere-se a
174 substituição de “Grau de Participação Docente” por “Grau de Participação Discente”. Aponta-se,
175 também, necessidade de correção na página 34, Quadro 1 – Macroprocessos Finalísticos, que
176 aponta algumas ações como sendo executadas pelo CECS, mas, na realidade, são executadas
177 pelos três Centros. A área demandante informa que as informações são fornecidas pelas áreas e
178 que serão checadas e corrigidas. Solicita aos conselheiros que enviem suas solicitações de
179 correção ao endereço eletrônico planejamento@ufabc.edu.br até a próxima quinta-feira. Suscita-
180 se questionamento acerca da apresentação superficial do tema, com tempo insuficiente para os
181 conselheiros debruçarem-se sobre ele e é solicitado que se pense em outra maneira de apresentar
182 o Relatório de Gestão para o próximo ano. Levanta-se, ainda, questionamento sobre a
183 acessibilidade na UFABC que se julga não ser tratada com excelência. Não havendo mais
184 manifestações, o documento é encaminhado para votação e aprovado com 5 abstenções. Os
185 representantes discentes de graduação Lucas, Matheus, Tatyane e Vladimir Daniel declaram sua
186 abstenção. **Informes dos conselheiros:** 1) professora Marcela Sorelli solicita o adiamento da
187 apresentação do Relatório Anual de Atividades de 2015 da Comissão Permanente de Convênios
188 (CPCo) uma vez que foram detectadas inconsistências em alguns valores. A Mesa acata a
189 solicitação; 2) professor Adalberto Mantovani apresenta os resultados da Escola Preparatória da
190 UFABC: dentre os alunos de 2015, há 130 aprovados em universidades até o momento, dos
191 quais 60 em universidades federais, 14 em universidades estaduais, 14 em faculdades de
192 tecnologia do estado de São Paulo (FATEC) e os demais em universidades privadas, sendo a
193 maior parte desses com bolsas de estudo integrais. Informa ainda que a UFABC, neste ano,
194 sediará o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior
195 Brasileiras. O evento ocorrerá entre os dias 11 e 14 de maio. Paralelamente a esse evento, será
196 promovido o Congresso de Extensão Universitária da UFABC (Conexão). Convida todos a
197 disseminarem essas informações e inscreverem seus trabalhos de Extensão para exposição
198 durante o evento, que é aberto a toda a comunidade extensionista da UFABC; 3) professor Júlio
199 Facó informa que, no dia 25 de abril, será entregue o módulo do Sistema Integrado de Gestão da
200 UFABC (SIG/UFABC) da área de Protocolo. Ressalta que isso significa que, a partir dessa data,





Ata nº 001/2016/Ordinária/ConsUni

as solicitações de abertura de novos processos, bem como suas tramitações ocorrerão de forma eletrônica. Acrescenta que até a data, serão realizadas diversas ações de viabilização da entrega à comunidade: publicação de portaria que oficializa a utilização do sistema, treinamento de servidores de todos os setores da UFABC e elaboração de tutoriais a serem disponibilizados à comunidade; 4) professor Márcio Fabiano apresenta o panorama de reinvidicações do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Passa a palavra para professora Marcia Alvim, coordenadora de gestão do programa na UFABC. Ela informa que o programa vem sendo ameaçado desde junho de 2015 e que atravessa um período de grande instabilidade. Menciona que o Fórum dos Coordenadores Institucionais do PIBID (Forpibid) tem lutado de maneira muito corajosa pela manutenção do programa e de suas bolsas. Acrescenta que a última informação que se tem é que o programa será mantido, pelo menos pelos próximos meses e o Forpibid, o MEC e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) traçarão um novo edital. Porém, serão mantidas apenas 99 bolsas, havendo uma perda significativa. Professor Klaus salienta a adesão da UFABC ao movimento “Fica PIBID”. Informa ainda, que foi sinalizado pela CAPES que o programa realmente continuará, mas o formato de alocação de bolsas passará por alterações; 5) professor Annibal informa que ontem aconteceu a sessão do Conselho do CECS (ConCECS) e, à ocasião, foi discutido um edital de concurso quatro por quatro. Passa a palavra para o professor Muryatan que explica que a ideia desse tipo de edital é que os concursos para admissão de docentes passe a ser realizado de maneira diferenciada, em que um único edital contemple diversas subáreas. O nome quatro por quatro foi dado porque, dessa vez, especificamente, tratavam-se de quatro vagas para quatro cursos, mas a ideia pode ser mantida com diferentes números. Neste caso específico, a temática geral era a étnico-racial e quatro cursos desenvolveram quatro subáreas distintas, de modo a participar conjuntamente do edital. Tal medida, considera, é muito benéfica para a UFABC, pois proporciona redução de custos e adequação à Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União; 6) o representante discente Vladimir Daniel passa a palavra ao discente Fábio Parno, que informa sobre a posse da chapa “Representa Mais” na gestão do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Acrescenta que a “Representa Mais” está presente em todos os Conselhos, no ConsUni, com os discentes Wesley, Vladimir Daniel e Matheus diretores de acessibilidade, cultural e de apoio às entidades; 7) a representante dos técnicos administrativos, Marta, informa sobre o II Congresso do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais de Ensino Superior do ABC (SinTUFABC), que ocorre, no momento, no *campus* São Bernardo e continuará nos dias 23 e 24 de março, no Auditório A-112 do *campus* Santo André. Convida todos a participarem. Apresenta a programação dos próximos dias de evento: a) dia 23 de março: 10h – Mesa “Da violência contra as mulheres: Sua cor, seu corpo e seu trabalho” e 16h – Mesa “Carreira e condições de Trabalho”; b) dia 24 de março: 10h - Mesa “Sindicato somos nós: Trajetória e desafios em meio a retirada de direitos” e 14h “Assembleia Estatutária”. Professor Klaus afirma que a Reitoria





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Secretaria-Geral
Divisão de Conselhos
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Bangu · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11)3356-7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

Ata nº 001/2016/Ordinária/ConsUni

incentiva a participação dos servidores técnicos administrativos e informa os dirigentes que podem liberar seus servidores para participação nos momentos do Congresso classificados como capacitação. Não havendo mais inscritos professor Klaus informa que a continuação da sessão será no dia 29 de março, às 14h. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos, e encerra a sessão às 18h01-----

Aos 29 dias do mês de março do ano de 2016, no horário das 14h, na sala dos Conselhos, Torre 1 - 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bloco A, Torre I, 1º andar, Bangu, Santo André, realiza-se a continuação da I sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2016, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, professor Klaus Capelle, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Dácio Roberto Matheus, vice-reitor; Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo, pró-reitor adjunto de extensão e cultura; André Eterovic, representante docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); André Guilherme Ribeiro Balan, representante docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Annibal Hetem Junior, diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, representante docente do CCNH; Carla Cristiane Paz Felix, pró-reitora adjunta de assuntos comunitários e políticas afirmativas; Edson Pinheiro Pimentel, diretor do CMCC; Eduardo Peres Novais de Sá, representante docente do CCNH; Everaldo Carlos Venâncio, representante docente do CECS; Evonir Albrecht, representante docente do CMCC; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do CECS; Gustavo Martini Dalpian, pró-reitor de pós-graduação; Herculano da Silva Martinho, representante docente do CCNH; Igor Leite Freire, pró-reitor adjunto de pesquisa; (até 14h56); José Fernando Queiruga Rey, pró-reitor de graduação; Julio Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de administração; Luiz Carlos Rozante, representante docente do CMCC; Marcela Sorelli Carneiro Ramos, pró-reitora de pesquisa (a partir de 14h56); Márcio Fabiano da Silva, representante docente do CMCC; Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil; Maria Isabel Mesquita Vendramini Delcolli, representante dos técnicos administrativos; Marta Oliveira Rodrigues, representante dos técnicos administrativos; Matheus Cassina Ribeiro; representante discente de graduação; Mauro Coelho dos Santos, representante docente do CCNH; Mirela de Oliveira Tomazini; representante suplente discente de graduação; Muryatan Santana Barbosa, representante suplente docente do CECS; Nunzio Marco Torissi, representante docente do CMCC; Paula Rondinelli, representante suplente dos técnicos administrativos; Ricardo Moretti, representante suplente docente do CECS; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos administrativos; Tatyane Estrela; representante discente de graduação; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional e Wesley Guilherme Alves, representante suplente discente de graduação. **Ausências justificadas**: Não há. **Ausentes**: Ana Lúcia Sanches, representante da comunidade civil; Gabriela Spanghero Lotta, representante docente do CECS; João Manoel Losada Moreira, representante docente do CECS; José Carlos Rodrigues Silva, representante docente do CCNH; Paulo Roberto Elias de Souza, representante discente de pós-graduação e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Secretaria-Geral
Divisão de Conselhos
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Bangu · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11)3356-7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

Ata nº 001/2016/Ordinária/ConsUni

281 Roberto Asano Junior, representante discente de pós-graduação. **Não votantes:** Ana Claudia
282 Polato e Fava, docente; Marcelo Zanotello, docente; Paris Yeros, docente; Robert Vagner Soares
283 da Paixão Junior, representante suplente discente de graduação e Soraya Cordeiro, secretária-
284 geral. **Apoio administrativo:** Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos e
285 Daniely Dias Campos, Natália Paranhos Caoduro e Thiene Pelosi Cassiavillani, assistentes em
286 administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente em exercício, professor
287 Dácio, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h22, explicando o atraso de professor
288 Klaus, que está realizando a abertura da III Semana do CMCC. **Ordem do Dia:** Ata da IV
289 sessão ordinária de 2015, realizada nos dias 1º e 15 de dezembro de 2015 e 23 de fevereiro de
290 2016. Aberta a palavra, o conselheiro Ronny Mattos solicita correção da grafia de seu nome nas
291 linhas 778 e 783. Ainda, é solicitada a supressão do comentário presente entre as linhas 585 e
292 586. Acatadas as solicitações, o documento é encaminhado para votação e aprovado com 6
293 abstenções. Aprovação do Ato Decisório que altera o nome do programa de pós-graduação em
294 Ensino, História e Filosofia das Ciências e da Matemática para Ensino e História das Ciências e
295 da Matemática. O relator, professor Marcelo Zanotello explica que a solicitação de alteração do
296 nome do programa ocorre em razão de dois motivos, a criação do programa de pós-graduação
297 em Filosofia, que culminou na migração de muitos docentes e as alterações pelas quais passou a
298 área de Ensino da CAPES. Nesse momento, sugere-se a antecipação da discussão do item 6 da
299 Ordem do Dia, que trata da criação do doutorado em Ensino e História das Ciências e da
300 Matemática. Em votação, a antecipação da discussão é aprovada por unanimidade. Não havendo
301 propostas de alteração, o item é encaminhado para votação e aprovado com 4 abstenções.
302 Criação do doutorado em Ensino e História das Ciências e da Matemática. Professor Gustavo
303 Dalpian informa que este é o programa que mais formou mestres na UFABC e acredita-se que
304 ele já esteja suficientemente maduro para a criação do doutorado. Acrescenta que a discussão
305 passou por todas as instâncias necessárias, com discussões muito tranquilas. Passa a palavra ao
306 professor Marcelo Zanotello que explica que a área de avaliação do curso é a de Ensino de
307 Ciências e Matemática e que o programa conta com três linhas de pesquisa: Ensino e
308 Aprendizagem em Ciências e Matemática, Formação de Professores de Ciências e Matemática e
309 História das Ciências e Matemática e interfaces com a Educação. Afirma que a terceira linha de
310 pesquisa mencionada ainda mantém maior aproximação com a Filosofia. Menciona ainda que os
311 objetivos do curso são desenvolver pesquisas e estudos acadêmicos nas áreas de ensino e história
312 das Ciências e Matemática. Informa que a periodicidade de seleção será anual, com 15 vagas e
313 que serão 72 créditos em disciplinas, 72 créditos de tese e 12 créditos de atividades
314 complementares. Salienta que cada crédito corresponde a 12 horas. Em seguida, apresenta as
315 disciplinas obrigatórias, o corpo docente permanente e seu histórico de orientações de mestrado e
316 doutorado. Finaliza sua apresentação, enumerando cooperações e intercâmbios, projetos de
317 pesquisa e de extensão e produção científica do corpo docente. Em discussão surgem os
318 seguintes questionamentos: a) expectativa de disponibilização de bolsas do programa. É
319 respondido que a CAPES sinalizou a manutenção das cotas de bolsas. Já em relação à Fundação
320 de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), o número de bolsas da UFABC ainda





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Secretaria-Geral
Divisão de Conselhos
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Bangu · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11)3356-7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

Ata nº 001/2016/Ordinária/ConsUni

321 é baixo; b) área de atuação dos egressos do programa de mestrado. A área demandante informa
322 que está trabalhando em um portal de egressos da pós-graduação para que se possa obter essas
323 informações; e c) diálogo do programa com a comunidade externa. Professor Zanotello informa
324 que grande parte dos ingressos do programa de mestrado são professores da educação básica.
325 Professor Mauro sugere que a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG) realize um evento nos
326 moldes do UFABC para Todos, com intuito de que a comunidade externa passe a conhecer a
327 pós-graduação da UFABC. Sugere, ainda, que comitês assessores da CAPES e do Conselho
328 Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sejam convidados à UFABC, de
329 modo que haja discussões científicas e a respeito das normas de avaliação dos cursos e
330 programas. Não havendo mais inscritos ou propostas de alteração, professor Dácio encaminha o
331 documento para votação. Em votação, o item é aprovado com 2 abstenções. Criação do mestrado
332 em Economia. Professor Dalpian apresenta a proposta e informa sua tramitação, cujo plano de
333 curso se encontra em fase de deliberação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
334 (ConsEPE). Passa a palavra para a professora Ana Fava, proponente, que relata os aspectos
335 técnicos da proposta. Em discussão, conselheiros levantam questionamentos no tocante à
336 proposta ainda não ter sido deliberada no ConsEPE, ao que a área demandante esclarece que o
337 assunto já foi apresentado naquela instância, porém decidiu por aguardar o parecer do Conselho
338 do Centro, mas o assunto foi discutido e não houve apontamentos negativos, informa ainda que o
339 curso apresenta um aspecto disciplinar porque segue os requerimentos da Comissão de
340 Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES). Ainda em discussão, alguns
341 conselheiros apontam que não se sentem confortáveis para discutir propostas com prazos
342 exíguos, solicitam que haja maior organização das áreas para que as propostas possam ser
343 levadas a cada instância necessária com prazo disponível para uma discussão mais organizada.
344 Chama-se atenção para que seja observada a necessidade de haver um relator para o assunto,
345 desvinculado da área demandante, que apresente seu parecer ao Conselho para os casos em que o
346 assunto for encaminhado diretamente à Ordem do Dia e solicita-se que para as próximas
347 ocasiões esse requisito seja seguido. Para que os fluxos sejam uniformizados, acrescenta-se que é
348 necessária uma resolução que estabeleça normas para criação de cursos de pós-graduação. A área
349 demandante esclarece que para esse curso o procedimento foi diferente em razão da dinâmica
350 adotada na Comissão de Pós-Graduação (CPG), quando o curso foi aprovado na mesma sessão
351 em que foi apresentado e, portanto, não foi indicado um relator ou solicitado um parecer. Ainda
352 em discussão e após outras considerações sobre procedimentos adotados para encaminhamento
353 das propostas, propõe-se que haja eventos na UFABC junto à comunidade externa, cujo objetivo
354 seria apresentar a UFABC para o público externo no âmbito da pós-graduação, possibilitando
355 também a participação dos membros dos Comitês da CAPES e do CNPq. Quanto ao
356 credenciamento e descredenciamento, questiona-se acerca da exigência de ministrar no mínimo
357 12 créditos e sugere-se que não seja colocado no projeto pedagógico, mas que seja incluído nas
358 normas. A área demandante acata a sugestão. Surgem outros questionamentos em relação à
359 estrutura, demanda e procedimentos, porém, observado que a discussão ainda se estenderia e
360 considerando que ainda não havia sido apreciada pelo ConsEPE, sugere-se que o assunto





Ata nº 001/2016/Ordinária/ConsUni

361 permaneça na Ordem do Dia e, após a deliberação pelo ConsEPE, retome-se a apreciação do
362 item neste Conselho. Proposta é acatada pela Mesa e pela área demandante. Não havendo mais
363 inscritos professor Klaus informa que a continuação da sessão será no dia 19 de abril, às 14h.
364 Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente em exercício agradece
365 a presença de todos, e encerra a sessão às 17h49-----
366 Aos 19 dias do mês de abril do ano de 2016, no horário das 14h, na sala dos Conselhos, Torre 1 -
367 1º andar, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bloco A,
368 Torre I, 1º andar, Bangu, Santo André, realiza-se a continuação da I sessão ordinária do
369 Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2016, previamente convocada pelo
370 magnífico reitor, professor Klaus Capelle, e presidida pelo reitor em exercício, professor Dácio
371 Roberto Matheus, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Adalberto Mantovani Martiniano
372 de Azevedo, representante docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais
373 Aplicadas (CECS); André Guilherme Ribeiro Balan, representante docente do Centro de
374 Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Annibal Hetem Junior, diretor do CECS;
375 Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, representante docente do Centro de Ciências Naturais e
376 Humanas (CCNH); Charles Morphy Dias dos Santos, representante suplente docente do CCNH;
377 Clarissa de Franco, representante dos técnicos administrativos; Daniel Pansarelli, pró-reitor de
378 extensão e cultura; Edson Pinheiro Pimentel, diretor do CMCC; Eduardo Peres Novais de Sá,
379 representante docente do CCNH; Everaldo Carlos Venâncio, representante docente do CECS;
380 Evonir Albrecht, representante docente do CMCC; Francisco de Assis Comarú, representante
381 suplente docente do CECS; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do CECS;
382 Gustavo Adolfo Galati de Oliveira, pró-reitor de assuntos comunitários e políticas afirmativas;
383 Gustavo Martini Dalpian, pró-reitor de pós-graduação; Herculano da Silva Martinho,
384 representante docente do CCNH; Júlio Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de administração;
385 Lucas Becker, representante discente de graduação; Luciano Soares da Cruz, pró-reitor adjunto
386 de graduação; Marcela Sorelli Carneiro Ramos, pró-reitora de pesquisa; Márcio Fabiano da
387 Silva, representante docente do CMCC; Luan Carlos Strombek Honorio, representante discente
388 suplente de graduação; Luisa Falcioni Alvarenga, representante suplente dos técnicos
389 administrativos; Mauro Coelho dos Santos, representante docente do CCNH; Mirela de Oliveira
390 Tomazini, representante suplente discente de graduação; Muryatan Santana Barbosa,
391 representante suplente docente do CECS; Nunzio Marco Torissi, representante docente do
392 CMCC; Patrícia Guilhermitti Pereira, representante suplente dos técnicos administrativos;
393 Roberta Kelly Amorim de França, representante suplente dos técnicos administrativos; Ronei
394 Miotto, diretor do CCNH; Tatyane Estrela, representante discente de graduação; Vitor Emanuel
395 Marchetti Ferraz Junior, pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional; Vivilí
396 Maria Silva Gomes, representante suplente docente do CMCC e Vladimir Perchine,
397 representante docente do CMCC. **Ausências Justificadas**: José Carlos Rodrigues Silva,
398 representante docente do CCNH e Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos
399 administrativos. **Ausentes**: Ana Lúcia Sanches, representante da comunidade civil; João Manoel
400 Losada Moreira, representante docente do CECS; Luiz Carlos da Silva Rozante, representante



docente do CMCC; Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos, representante da comunidade civil; Paulo Roberto Elias de Souza, representante discente de pós-graduação e Roberto Asano Junior, representante discente de pós-graduação. **Não votantes:** Ana Carolina Antunes Acosta Fernandes, assistente em administração; Eloina Paes, diretora da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP); Isis Mustafá de Assis, discente de graduação; Jessica Tavares Cerqueira, discente de graduação; Paloma Breit dos Santos, discente representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFABC; Renata Silva, assistente em administração da UFABC; Soraya Cordeiro, secretária-geral e Tatiana Berringer de Assumpção, docente do CECS. **Apoio Administrativo:** Thiene Pelosi Cassiavillani, chefe da Divisão de Conselhos em exercício e Daniely Dias Campos e Natália Paranhos Caoduro, assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente em exercício, professor Dácio Matheus, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h15. Professor Dácio justifica que professor Klaus, na data de hoje, esteve na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em um evento de apoio às universidades paulistas, estaduais e federais, e, no momento, está em audiência com o presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), discutindo recursos para financiamento de pesquisas. Informa, ainda, que a presente reunião trata-se de uma continuação, não havendo, de acordo com o Regimento do ConsUni, momento para informes. Porém, considerando-se os recentes acontecimentos e as manifestações em relação à violência sexual sofrida por uma discente no entorno do *campus* Santo André, passa a palavra para a Comissão de Mobilização contra a Violência Sexual. A discente Laurielen Lúcio lê o relato da vítima do estupro [cuja íntegra encontra-se no Anexo I desta Ata]. A discente Isis esclarece que essa Comissão já existe há cerca de um mês, sendo formada por discentes e técnicas administrativas da UFABC, cujo foco inicial eram as denúncias de estupro no entorno do *campus* São Bernardo do Campo. Entrega, então, um Termo de Responsabilidade contendo documentos relativos ao ocorrido ao presidente da Mesa, professor Dácio, e solicita a assinatura de professor Klaus Capelle assim que possível. Passa a ler o documento [cuja íntegra encontra-se no Anexo II desta Ata] elaborado pela Comissão com a pauta de reivindicações à Reitoria. É lida, então, uma proposta de Moção de Repúdio [cuja íntegra encontra-se no Anexo III desta Ata]. A proposta é secundada por diversos conselheiros. Professor Dácio, representando a Reitoria, manifesta solidariedade à vítima e reconhece sua coragem excepcional ao realizar a denúncia. Informa que tão logo se tomou conhecimento do ocorrido, algumas medidas foram tomadas, dentre as quais o contato com a vítima, realizado pela Seção de Atendimento Psicossocial da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP) e a solicitação de instauração de uma investigação junto à empresa de segurança para a tomada das providências de correção e punição necessárias. Ainda, a Reitoria comprometeu-se a realizar uma reunião com a Comissão de Mobilização amanhã, dia 20 de abril, no *campus* São Bernardo, para discutir a agenda de providências a serem tomadas pela Instituição, de modo a estabelecer políticas e práticas de segurança. Em paralelo, acrescenta que a UFABC irá instaurar um processo de Sindicância para averiguar o ocorrido. Por fim, esclarece que a Nota emitida pela Reitoria foi uma tentativa de informar à comunidade que a Reitoria tomou conhecimento do caso e que está buscando providências. Nesse momento, solicita-se que todas as manifestações sejam ouvidas e, apenas então, a Moção seja encaminhada para votação. Acatando a proposta, a Mesa passa a palavra à técnica administrativa, Renata Silva, que informa que o Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC (SinTUFABC) faz parte da Comissão de Mobilização, uma vez que o medo da violência também atinge as técnicas administrativas. No ensejo, lê a nota [cuja íntegra encontra-se no Anexo IV desta Ata] emitida pelo SinTUFABC. Ainda, a discente, Paloma Breit, realiza leitura da nota [cuja íntegra encontra-se no Anexo V desta Ata] emitida pela Diretoria de Mulheres do Diretório Acadêmico dos Estudantes (DCE). Em discussão, a

449 discente Jéssica lamenta que a um assunto de tamanha importância só se oferece visibilidade e
450 possibilidade de discussão após uma manifestação intensa ou invasão em um Conselho Superior.
451 A discente Paloma afirma já ter havido diversos outros casos de assédio e violência dentro da
452 UFABC e que a Instituição não tomou providências. No ensejo, solicita o afastamento do
453 prefeito universitário e a alteração do contrato de empresa de segurança, de modo a garantir que
454 50% do total de seguranças sejam mulheres. A representante dos discentes de graduação,
455 Tatyane Estrela, chama atenção para a questão da homofobia e do machismo na UFABC,
456 informando que as denúncias de violência contra a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais,
457 travestis e transexuais (LGBT) e as mulheres são respondidas com críticas ao invés de apoio,
458 um indício da necessidade de revisão das políticas internas da Instituição. Professora Marcela
459 Sorelli solidariza-se com a vítima. Menciona que casos de violência sexual ocorrem em todas as
460 universidades, mas que a UFABC pode fazer a diferença, criando mecanismos menos
461 burocráticos para atacar o problema. Professor Mauro solidariza-se com as mulheres e afirma
462 que a violência está em todos os lugares e atinge todas as pessoas, citando dois casos particulares
463 em que ele e sua esposa foram desrespeitados por seguranças da UFABC. A representante dos
464 técnicos administrativos, Clarissa, reafirma que esse não é um caso isolado e parabeniza a
465 coragem da vítima em realizar a denúncia. Acredita que a Universidade deva ser pensada como
466 um todo e não se deve culpar um setor específico. Acredita haver diversas medidas que podem
467 ser tomadas, considerando-se as falas anteriores, como a criação de um núcleo para tratamento
468 das vítimas de violência sexual e a alteração do corpo de segurança, de modo que seja composto,
469 em 50%, por mulheres. Professor Edson Pimentel também se solidariza com a vítima e aborda a
470 questão da segurança na UFABC. Afirma que as políticas existentes dizem respeito, apenas, à
471 segurança patrimonial, algo que deve ser secundário em relação à integridade das pessoas.
472 Questiona os motivos pelos quais a Comissão Permanente de Segurança (CPS), criada pela
473 Resolução ConsUni nº 69, até o momento não entregou os resultados esperados. Professor
474 Francisco Comarú reflete que os homens devam ouvir mais e entender o universo de quem vive
475 essa violência o dia todo, todos os dias. O representante discente, Lucas, comenta sobre a
476 fragilidade dos seguranças terceirizados na UFABC, que recebem ordens específicas sobre como
477 agir e são repreendidos e ameaçados quando agem de qualquer outra maneira. Professor Daniel
478 passa a palavra para a discente Isis que ressalta a fragilidade dos terceirizados em geral,
479 mencionando que diversas mulheres trabalhadoras terceirizadas também passam por situações
480 constrangedoras e ameaçadoras. Algumas trabalhadoras iniciam seu turno muito cedo, quando
481 ainda está escuro, sem iluminação adequada no acesso aos *campi*. A representante discente,
482 Tatyane, passa a palavra para as discentes Gabriele e Jéssica, que mencionam a responsabilidade
483 social da Universidade. Ainda, informam sobre um projeto de extensão universitária voltado para
484 as funcionárias terceirizadas, denominado “Mulheres em Ação”. Acrescentam que tal projeto,
485 porém, não foi aprovado pela Prefeitura Universitária (PU), que afirmou não ser possível a
486 participação de terceirizados nesse tipo de projeto. Professor Maringoni cita a importância da
487 discussão e a necessidade de treinamento específico de servidores e funcionários terceirizados
488 para diversas questões. A representante dos técnicos administrativos, Luisa, menciona a cultura
489 da Universidade de culpar a vítima, o que é um erro e necessita ser mudado. Afirma que são
490 necessárias medidas e ações preventivas, não somente averiguações e investigações após a
491 ocorrência do ato de violência. Menciona-se ser necessária uma proporção maior de mulheres no
492 comando das pró-reitorias, da PU e dos demais espaços de poder. Ainda, solicita-se a
493 implementação de cotas para mulheres e negros nesses cargos, bem como a criação de
494 disciplinas que tratem dessas questões. Solicitam-se, também, ações efetivas da Pró-Reitoria de
495 Pós-Graduação (ProPG), da ProAP, da PU e da Reitoria, de modo que as mulheres e demais
496 grupos fragilizados ou minoritários sintam-se seguros e incluídos. Professor Dácio compromete-



se a participar da reunião que será realizada amanhã, às 17h e reflete serem necessários dois encaminhamentos: a) o estabelecimento da redação final da proposta de moção e b) a definição da agenda das discussões trazidas pela Comissão de Mobilização e Coletivos. Professor Pansarelli informa que o projeto “Mulheres em Ação” já foi realizado uma vez pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC) e pode ser reeditado, caso haja o interesse de algum Coletivo em assumir sua liderança. Informa, ainda, que também há a possibilidade de abertura de tal projeto para participação da comunidade externa. Relembra a Resolução ConsUni nº 69, que dispõe sobre a criação da CPS da UFABC, e propõe que seja nomeada uma comissão com a participação de algumas das alunas, técnicas administrativas e docentes que trouxeram esse assunto ao Conselho, com o intuito de dar continuidade aos trabalhos desta Resolução. Em seguida, sugere-se o seguinte encaminhamento: criação de uma Comissão com a representação de todas as categorias da comunidade, para a discussão e apresentação, na próxima reunião ordinária, de documento com diretrizes a serem seguidas pela CPS quando da discussão das questões de segurança da UFABC. Professor passa a palavra à servidora Ana Carolina Antunes Acosta Fernandes, que se manifesta favorável ao afastamento do prefeito universitário, esclarecendo que o pedido não se trata de exoneração, mas da substituição da pessoa que ocupa o cargo, pois não possui a habilidade em lidar com as questões humanas e sociais, questões essas inerentes à área. Dessa maneira, as habilidades técnicas do atual prefeito poderiam ser mais bem aproveitadas para outros fins. Ainda em discussão, menciona-se a seguinte proposta de texto, a ser definido o formato e tipo de documento: *“os textos dos contratos de serviço de vigilância da UFABC deverão, obrigatoriamente, conter os artigos: 1º Comprovar que pelo menos 50% dos vigilantes ativos em cada turno seja do sexo feminino; 2º Substituir imediatamente, sempre que exigido pela fiscalização do contrato, e mediante justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da contratante ou ao interesse do serviço público, em especial no que se refere à convivência ou participação em atos e fatos que envolvam violência contra as mulheres ou minorias dentro da universidade.”* Propõe que esses requerimentos também sejam incluídos nas diretrizes de segurança da Universidade. Seguem as discussões relativas a questões sobre a segurança e violência contra as mulheres dentro da Universidade. Conselheiro aponta se preocupar com a desvinculação da situação ocorrida na Universidade com o atual cenário do país, uma vez que o Congresso brasileiro possui o menor número de participação feminina do mundo. Ainda, afirma entender a necessidade de atuação mais efetiva de diversas áreas no caso ocorrido. No entanto, não lhe parecem condizentes as declarações de que ações não foram tomadas. Concorde que falhas possam ter sido cometidas, mas entende não ter havido inércia por parte da Reitoria. Em relação às propostas de texto para a moção, solicita-se cuidado para que toda a culpa do ocorrido não recaia sobre os funcionários terceirizados. Propõe-se, ainda, que a Comissão a ser criada seja permanente, de modo que trabalhe constantemente nos diversos casos em que possam surgir ao longo do tempo e apresente os resultados ao Conselho Universitário. Professor Dácio expõe ser favorável à proposta. Passa-se a palavra à discente Jéssica, que esclarece algumas das questões colocadas por alguns docentes a respeito das manifestações, enfatizando haver expectativa e necessidade de ações mais concretas da Reitoria. Conselheira Luisa lê a proposta de moção [cuja íntegra encontra-se no Anexo III desta Ata]. Em discussão, professor Mauro sugere que, em outro momento, além da moção, seja discutida uma resolução que apresente cinco ou dez premissas relativas à segurança que sirvam como base para as discussões da Comissão. Após esclarecimentos e discussões, propõe-se que seja mantido o texto original, com apenas uma mudança pontual no primeiro parágrafo. Realiza-se, então, pausa para que as proponentes analisem o documento e as propostas realizadas. Após intervalo, definem-se as alterações, a saber: a) alterações nos trechos: “O



ConsUni repudia veementemente o caso de omissão por parte da UFABC” e “O ConsUni recomenda a elaboração de políticas de segurança que descrevem quanto a questões específicas...” e b) a inclusão de um penúltimo parágrafo, com a redação “o ConsUni determina aos órgãos internos...”, e um último paragrafo “O ConsUni recomenda ainda que a Reitoria realize reuniões para tratar da iluminação dos *campi* e seus entornos com as secretarias de segurança dos Municípios de Santo André e São Bernardo do Campo em um prazo de 60 dias e apresente posicionamento efetivo”. Não havendo mais propostas, o documento é encaminhado para votação e aprovado por unanimidade, com 29 votos favoráveis. Após aprovação da moção, é discutida a composição da comissão que tratará das políticas de segurança da UFABC. A secretária-geral, Soraya Cordeiro, chama a atenção ao fato de que essa Comissão será para estudar e reformular a Resolução ConsUni nº 69, verificar a viabilidade da composição, assim como propor, junto aos órgãos internos da Universidade, estratégias de ação, de desenvolvimento de projetos e de construção de políticas para o enfrentamento da questão de insegurança das mulheres e violência sexual dentro e fora da UFABC. Não havendo manifestações contrárias, a comissão é criada com a seguinte composição: Clarissa de Franco, Luisa Falcioni Alvarenga, Marcela Sorelli Carneiro Ramos, Mirela de Oliveira Tomazini e Tatyane Estrela. Acorda-se que a comissão deverá se reportar ao ConsUni em sua II sessão ordinária de 2016. É apontado, ainda, que o Conselho deve demonstrar sua preocupação com a questão da segurança no entorno dos *campi* e, para tanto, propõe-se uma segunda moção [cuja íntegra encontra-se no Anexo VI desta Ata], com enfoque nas ações de órgãos externos à Universidade. Após secundada, abre-se para discussão. Argumenta-se que a aprovação de tal documento descaracteriza as discussões até agora, uma vez que ele não trata especificamente da violência contra a mulher. São realizadas as seguintes propostas de alteração: a) no trecho “O CONSUNI da UFABC manifesta sua preocupação com os inúmeros episódios de violência, em especial às de gênero, que vêm ocorrendo no entorno dos *campi* da UFABC...”, de modo que se caracterize no contexto das discussões ocorridas nesta sessão; b) no trecho “e solicita aos órgãos de segurança pública que atuem urgentemente nessas regiões, no sentido de eliminar tais ocorrências...”. Sem mais manifestações, o documento é encaminhado para votação e aprovado com 20 votos favoráveis, 3 votos contrários e 5 abstenções. Não havendo mais manifestações e considerando o avançado das horas professor Dácio encerra a reunião as 18h05, informando que a continuação será no dia 3 de maio, às 14h.-----

Aos 3 dias do mês de maio do ano de 2016, no horário das 14h , na sala dos Conselhos da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bloco A, Torre I, 1º andar, Bangu, Santo André, realiza-se a continuação da I sessão ordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da UFABC do ano 2016, previamente convocada pelo magnífico reitor, professor Klaus Capelle, e presidida pelo reitor em exercício, professor Dácio Roberto Matheus, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Alexandre Hiroaki Kihara, pró-reitor adjunto de pós-graduação; Ana Lúcia Sanches, representante da comunidade civil; Annibal Hetem Junior, diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Charles Morphy Dias dos Santos, representante suplente docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Clarissa de Franco, representante dos técnicos administrativos; Edson Pinheiro Pimentel, diretor do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Eduardo Peres Novais de Sá, representante docente do CCNH; Everaldo Carlos Venâncio, representante docente do CECS; Evonir Albrecht, representante docente do CMCC; Francisco de Assis Comarú, representante suplente docente do CECS; Gilberto Maringoni de Oliveira, representante docente do CECS; Gustavo Adolfo Galati de Oliveira, pró-reitor de assuntos comunitários e políticas afirmativas; Herculano da Silva Martinho, representante docente do CCNH; José Carlos Rodrigues Silva, representante docente do CCNH; Júlio Francisco Blumetti Facó, pró-reitor de

593 administração; Leonardo José Steil, pró-reitor adjunto interino de graduação; Lucas Becker,
594 representante discente de graduação; Luisa Falcioni Alvarenga, representante suplente dos
595 técnicos administrativos; Luiz Carlos da Silva Rozante, representante docente do CMCC;
596 Marcela Bermúdez Echeverry, representante suplente docente do CMCC; Marcela Sorelli
597 Carneiro Ramos, pró-reitora de pesquisa; Maria Elisa Ravagnani Gonçalves Ramos,
598 representante da comunidade civil; Mauro Coelho dos Santos, representante docente do CCNH;
599 Mirela de Oliveira Tomazini; representante suplente discente de graduação; Muryatan Santana
600 Barbosa, representante suplente docente do CECS; Ricardo de Sousa Moretti, representante
601 suplente docente do CECS; Roberto Asano Junior, representante discente de pós-graduação;
602 Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos administrativos; Tatyane Estrela;
603 representante discente de graduação; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, pró-reitor de
604 planejamento e desenvolvimento institucional; Vladimir Perchine, representante docente do
605 CMCC; Wagner Alves Carvalho, representante suplente docente do CCNH. **Ausências**
606 **justificadas:** Daniel Pansarelli, pró-reitor de extensão e cultura e Márcio Fabiano da Silva,
607 representante docente do CMCC. **Ausentes:** André Guilherme Ribeiro Balan, representante
608 docente do CMCC; João Manoel Losada Moreira, representante docente do CECS; Marta
609 Oliveira Rodrigues, representante dos técnicos administrativos; Matheus Cassina Ribeiro;
610 representante discente de graduação; Paulo Roberto Elias de Souza, representante discente de
611 pós-graduação e Ronei Miotto, diretor do CCNH. **Não votantes:** Ana Cláudia Polato e Fava,
612 docente do CECS; Bruno de Paula Rocha, docente do CECS; Fernando Costa Mattos,
613 representante das Comissões Disciplinares Discentes; Leonardo Lira Lima, membro do
614 SinTUFABC; Paris Yeros, docente CECS; Ramón Vicente Garcia Fernández, coordenador do
615 Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H) e Soraya Cordeiro, secretária-geral. **Apoio**
616 **administrativo:** Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos e Daniely Dias
617 Campos, Natália Paranhos Caoduro e Thiene Pelosi Cassiavillani, assistentes em administração
618 da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente em exercício, professor Dácio Matheus,
619 após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h18, justificando a ausência de professor
620 Klaus, que se encontra em período de férias regulares, e convidando o professor Ricardo Moretti
621 para compor a Mesa. Professor Dácio informa que o representante dos técnicos administrativos,
622 Ronny Mattos, encaminhou uma proposta de moção de repúdio ao Projeto de Lei Complementar
623 (PL) 257/2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de
624 estímulo ao reequilíbrio fiscal, ao documento “Uma Ponte para o Futuro”, da Fundação Ulysses
625 Guimarães e ao artigo “A sociedade órfã”, de José Renato Nalini, secretário da Educação do
626 Estado de São Paulo. Propõe que esse documento seja apresentado após a discussão dos itens
627 constantes na Ordem do Dia. Em consenso, a proposta é acatada. Complementa que os dois
628 assuntos constantes da Ordem do Dia já tiveram seus Planos de Curso discutidos e aprovados
629 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE), e solicita que os conselheiros sejam
630 concisos em suas considerações. **Ordem do Dia:** **Criação do mestrado em Economia.** Professor
631 Kihara relata o histórico das discussões nas instâncias anteriores. Não havendo manifestações, o
632 item é encaminhado para votação e a criação do curso é aprovada com 6 abstenções. **Criação do**
633 **programa de pós-graduação stricto sensu em Economia Política Mundial.** Professor Kihara relata
634 o item, apresentando o histórico das discussões nas instâncias anteriores. Passa a palavra ao
635 professor Charles Morphy, relator do assunto na Comissão de Pós-Graduação (CPG). Professor
636 Charles apresenta seu relato, abordando os principais pontos discutidos na CPG e informa que a
637 maioria das sugestões realizadas foram contempladas pelos proponentes. Comenta, ainda, que há
638 pontos que precisam de melhorias, como os critérios de credenciamento relacionados à
639 produção de artigos e livros, e solicita que, antes da submissão do Programa à Coordenação de
640 Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os docentes vinculados preencham o



641 Currículo Lattes adequadamente. Finaliza com parecer favorável à aprovação. Passa a palavra ao
642 professor Paris Yeros, que faz a apresentação do programa. Em discussão, são realizados os
643 seguintes questionamentos: a) acerca da diferenciação entre o programa proposto e o de
644 Economia, aprovado na discussão anterior; b) sobre o enfoque no estudo dos países do Sul, que
645 são responsáveis por apenas 20% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial; c) sobre a produção
646 científica dos docentes credenciados; e d) em relação à inclusão e a reserva de cotas. Professor
647 Paris esclarece que o estudo do Sul é somente uma parte do programa, que valoriza os desafios
648 de diagnósticos do futuro, mas que as relações do mundo todo serão estudadas. Informa que há
649 seis docentes que podem orientar doutorado e que o cálculo de produtividade seguiu todas as
650 orientações da Área 46 da CAPES. Em relação às cotas, elas serão definidas nos editais de
651 ingresso, como ocorre com os demais programas de pós-graduação. Ainda em discussão, há
652 diversos posicionamentos favoráveis à aprovação do programa, refletindo-se que é importante
653 para a área de humanidades e discute as questões de etnia e gênero, além de ser inovador na
654 academia brasileira. Findas as discussões o documento é encaminhado para votação e aprovado
655 com 3 abstenções. Passa-se, então, conforme acordado no início da reunião, à discussão da
656 Moção de Repúdio elaborada pelo SinTUFABC e colocada em pauta pelo conselheiro Ronny
657 Mattos. Professor Dácio questiona o Conselho se aceita apreciar a proposta e, não havendo
658 manifestações, passa a palavra para o servidor técnico administrativo, Leonardo Lira, que lê o
659 documento [cuja íntegra encontra-se no Anexo VII desta Ata]. Ao fim da apresentação, professor
660 Dácio informa que essa mesma discussão ocorreu na última reunião da Associação Nacional dos
661 Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), ocorrida no dia 26 de abril,
662 e tal discussão culminou na emissão de uma Nota Pública da Associação, que pode ser
663 encontrada na página inicial do *site* da UFABC, enfatizando a Democracia e a Educação Pública
664 como princípios constitucionais. Houve, também, uma proposta de moção em defesa dos Art.
665 207 e 212 da Constituição Federal de 1988, que garantem a liberdade de pensamento, algo
666 indispensável para o fomento da ciência, da cultura e da arte, e a destinação de porcentagem
667 mínima da arrecadação de impostos à Educação. Nesse contexto, ressaltaram-se dois fatos, o
668 primeiro, uma recomendação do Ministério Público Federal à comunidade acadêmica da
669 Universidade Federal de Goiás (UFG), de que esta não promovesse discussões acerca da situação
670 política atual. Tal recomendação foi repudiada pelo Conselho da UFG e por Nota da ANDIFES.
671 O segundo, uma manifestação da Câmara Municipal de Porto Alegre, que repudiou o reitor, o
672 vice-reitor e o diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
673 (UFRGS) por realizarem um evento para discussão da crise e da democracia no Brasil.
674 ANDIFES manifestou-se contra o repúdio. Em discussão, diversos conselheiros questionam a
675 presença dos três documentos citados em uma mesma Moção, uma vez que possuem caráter e
676 pesos diferentes. Solicitam que os proponentes reformulem o documento, apresentando um novo,
677 com enfoque no PL 257/2016, na próxima sessão. Em contrapartida, argumenta-se que todos os
678 documentos citados merecem o repúdio do ConsUni e que, considerando a situação política
679 atual, até a próxima reunião do colegiado, muito terá acontecido. Os proponentes acatam a
680 sugestão de reformulação do documento e afirmam que apresentarão a nova redação na II sessão
681 ordinária do ConsUni, a ocorrer no dia 28 de junho. Passa-se, então, ao Expediente. Apreciação
682 do Regimento Interno das Comissões Disciplinares Discentes. Professor Fernando Mattos inicia
683 seu relato explicando que a comissão foi formada de acordo com o previsto no Art. 81 do
684 Regimento Geral da UFABC. Acrescenta que, por entendimento das Pró-Reitorias de
685 Graduação, Pós-Graduação e Extensão e Cultura, optou-se por instituir uma comissão
686 permanente. Apresenta a composição do Grupo de Trabalho (GT); tiveram auxílio da
687 Procuradoria Federal e da ProAP. Informa que a comissão trabalhou para estabelecer como
688 primeira instância o diálogo, buscando soluções pacíficas e evitando, sempre que possível, a

689 abertura de processos, respeitando-se os princípios do contraditório e da ampla defesa. Ressalta
690 que a ideia é garantir que escolha dos membros seja feita por meio de uma consulta à
691 comunidade, pelos pró-reitores, e que esses nomes sejam submetidos ao crivo dos órgãos
692 colegiados de cada uma das instâncias das quais os discentes tenham representação. Acredita que
693 o Regimento Interno das Comissões prevê mais transparência e firmeza aos trabalhos, visto que
694 define um fluxo de trabalho. Finaliza seu relato agradecendo os membros do GT. Em discussão,
695 propõe-se que os membros sejam eleitos por pares e não indicados pelo pró-reitor de cada área.
696 Sugere-se, ainda, que a decisão final acerca do processo seja da Comissão e não do pró-reitor.
697 Professor Fernando esclarece que o Art. 81 do Regimento Geral da UFABC prevê que a
698 Comissão será instituída pelo pró-reitor do respectivo corpo discente, a quem também competirá
699 o julgamento da admissibilidade e a aplicação da sanção. Desse modo, para que a sugestão seja
700 acatada, seria necessário haver uma alteração no Regimento Geral. Professor Dácio sugere que
701 seja realizada uma consulta à Procuradoria, a fim de se verificar se o artigo em questão impede
702 que os membros sejam eleitos. Ainda, salienta que a elaboração deste Regimento foi uma
703 demanda do ConsEPE ao ConsUni, objetivando unificar as regras aplicadas aos alunos de
704 graduação, pós-graduação e extensão. Também é objetivo do documento o aumento da
705 compreensibilidade acerca da instância recursal para cada caso, dos encaminhamentos e dos
706 procedimentos e prazos em cada fase do processo. Solicita que tais informações sejam colocadas
707 de maneira clara e concisa e que a elas seja dada a devida publicidade. São discutidas
708 interpretações do Art. 81 do Regimento Geral, verificando-se que um dos entendimentos
709 possíveis seria que, ao pró-reitor do corpo discente, cabe somente a admissibilidade do processo
710 e, posteriormente, a aplicação da sanção apontada pela Comissão, conforme proposto por
711 conselheiros. Professor Fernando coloca-se favorável às sugestões apresentadas. Sugere-se,
712 ainda, que, sendo possível o processo eleitoral, que este seja realizado *online*. Ainda neste
713 contexto, sugere-se alterar o trecho do Art. 2º que define que os membros da Comissão, de modo
714 que passe a constar “por meio de processo eleitoral”. Ainda em discussão, demonstra-se
715 preocupação com a possibilidade de não haver candidatos no caso de processo eleitoral e
716 solicita-se que, em tais casos, seja prevista outra maneira de indicação, de forma a garantir a
717 representação de todas as categorias. Professor Dácio solicita que outras sugestões sejam
718 enviadas à Secretaria-Geral, de modo a serem encaminhadas ao relator do item a ser designado.
719 Prestados outros esclarecimentos, o assunto é encaminhado para a Ordem do Dia da próxima
720 sessão ordinária. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente em
721 exercício agradece a presença de todos e encerra a sessão às 18h11. Do que para constar, nós,
722 Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos; Daniely Dias Campos, Natália
723 Paranhos e Thiene Pelosi Cassiavillani, assistentes em administração da Divisão de Conselhos,
724 em conjunto com a secretária-geral, Soraya Cordeiro, lavramos e assinamos a presente Ata.

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Daniely Dias Campos
Assistente em Administração

Natália Paranhos
Assistente em Administração

Thiene Pelosi Cassiavillani
Assistente em Administração

Soraya Cordeiro
Secretária-Geral

ANEXO I

"O estupro ocorreu por 40 minutos, na madrugada de quinta para sexta feira dessa semana na Rua Angatuba (esquina da santa adélia), próximo a pizzaria camaleão, consegui fugir com o carro e acabei caindo na portaria da universidade, onde seria mais "fácil" de entrar, chegando lá fui abordada na guarita, eu não estava com a carteirinha nem nada, nem que tivesse, eu estava em pânico, e ainda assim consegui inventar que eu precisava entrar na universidade porque eu tinha experimento rodando, nesse momento o estuprador chegou também na portaria e começou a inventar que só queria pegar as coisas que ele esqueceu dentro do meu carro e que eu estava drogada e era louca, eu entrei em desespero quando vi pelo retrovisor ele vindo em direção ao carro, porque até então ninguém acreditava em mim e NÃO me deixavam entrar na universidade, foi então que invadi a universidade, passei por cima dos cones e parei o carro no estacionamento e subi correndo para o bloco A, onde eu ACHAVA que estaria segura e onde alguém finalmente poderia me ajudar. Segura eu estava, porque de lá ninguém me tiraria, mas meu maior medo era deixarem o estuprador entrar, já que ele convenceu todo mundo de que éramos um "caso/namorados" algo do tipo e só queria pegar suas coisas dentro do meu carro. Eu fiquei por volta acredito que 30 minutos, em choque no piso vermelho, os guardas da catraca, me ajudaram muito tentando me acalmar. Eu não tinha condições de chamar a polícia, não tinha celular e NINGUÉM me deixou chamar a polícia usando o telefone da universidade, alegavam que os guardas da guarita já haviam chamado, mas na verdade ninguém chamou, pois a cada tempo, um segurança que estava na guarita (o pior e a pior espécie do mundo) vinha falar comigo na tentativa de resolver o problema sem chamar a polícia, chegou sugerir até que eu saísse da universidade, gritou comigo dizendo que eu era mentirosa, dizendo que eu falava versões diferentes a cada minuto! Pelo amor de Deus! eu tinha acabado de ser estuprada e o delinquente estava na portaria tentando falar comigo! e ele queria que eu fosse até lá para devolver as coisas para ele! ah, sim, claro eu não tinha marcas de estupro e então não poderia ser caracterizado tal ato! PASMEN! foi isso! PASMEN novamente, eles não chamaram a polícia. Minha sorte foi Pedro e Rafael, alunos da universidade, me ajudaram a ligar para a polícia, melhor que isso, ligaram para a polícia para mim, e na espera da REAL da polícia chegar, o guarda arrogante e sem nem um pinga de humanidade, trouxe meu celular de volta (sim o estuprador devolveu para eles) e seguraram o estuprador na guarita até que a polícia chegar, nesse tempo o chefe da segurança chega do campus de São Bernardo, o que era melhor não ter acontecido. Os policiais chegaram tbm, e já aviso de ANTEMÃO, policias militares estão totalmente despreparados para tal função, conversei com os policias, me questionaram diversas vezes sobre eu ter ingerido álcool ou algum entorpecente, eu não menti em momento algum, questionaram diversas vezes a minha amiga se eu tinha certeza que havia sido ESTUPRADA....Oi?? se eu tenho certeza???? insistiam e duvidavam sobre entorpecente, pois o estuprador disse que eu estava sob uso de cocaína e maconha. Eles revistaram meu carro, PEGARAM todas as coisas do estuprador (boné, documentos, moletom que usou para me amarrar e a cueca) e DEVOLVERAM para ele, claro, pois nessa parte quem era a vítima, era o estuprador e eu sou a louca varrida que estava drogada! A todo momento o policial tentava negociar com minha amiga, para que eu não fizesse B.O. pois ninguém queria levar para frente a confusão, ainda dizendo que "Se eu levasse para frente o processo sem ter certeza que foi estupro, quando eu prestasse um possível concurso eu terei problemas foi estaria constando em minha ficha ou teria que pagar indenização para o estuprador". Nada disso mudou, todos foram para delegacia inclusive o chefe de segurança da UFABC, que não viu o "estado" que eu estava e deu seu depoimento condizendo ou melhor o



xerox da história do estuprador, que resumidamente era que eu estava alterada e drogada e não houve estupro. O estuprador de início foi solto, pois havia mais argumentos de que eu estaria louca do que poderiam acreditar em mim que estava ali falando alto e bom tom que havia sido estuprada. Hoje ele foi preso graças a Deus, e infelizmente a circunstância para ele ser realmente preso, foi a necessidade de outra vítima testemunhar e reconhecer o estuprador, esse outro caso ocorreu na frente da padaria palácio do pão. Todo mundo será no mínimo questionado na justiça sobre suas ações que pareceram falta de preparo, falso testemunho ou até omissão de ajuda. **o estuprador estava com uma faca grande de cozinha, moto 150 cc vermelha e blusa de frio cinza escura de capuz.** O post não tem propósito algum de identificar certo ou errado, apenas para ALERTAR todos da UFABC.



ANEXO II

"A audiência pública, entendendo os esforços da Reitoria que vem trabalhando em medidas e ações de enfrentamento de todos os tipos de violência na Universidade, em razão da violência como os estupros de mulheres no entorno e na Universidade Federal do ABC e considerando a urgência e emergência das ações, como instrumento de efetivação dos direitos, solicitamos uma audiência pública sobre violência contra a mulher no intuito de fomentar a reflexão, cobrar providências e conscientizar a sociedade sobre as formas de agressão e os casos de crimes sexuais por meio de violência contra a mulher ocorridos dentro e fora da Universidade. Solicitamos a presença de representantes da UFABC, Prefeitura de Santo André, Prefeitura de São Bernardo do Campo e Defensoria Pública do ABC Paulista;

Considerando as crescentes e delicadas situações que envolvem a segurança da UFABC, solicitamos políticas efetivas de acesso e segurança da Universidade, entendendo que esta não se restringe aos muros, portões e estrutura física dos campi e que o ato ou efeito de assegurar consiste na preservação da liberdade e o combate a qualquer manifestação que tente cerceá-la. Requeremos medidas que sejam imediatas, dada a gravidade da situação e que outras sejam planejadas e executadas a médio e longo prazo;

Solicitamos o espaço físico para acolhimento e encaminhamento das demandas de todas e qualquer violência na UFABC;

Pedimos a criação de um Órgão de Segurança Pública, ligada à reitoria, com representantes de todas as categorias, coordenado por mulheres, dada a importância do olhar e das características específicas do sofrimento dessa parcela com relação a essas questões;

Considerando a já sabida, mas necessária em ser lembrada cultura da violência e do estupro contra a mulher, solicitamos projetos, palestras e imprescindível capacitação a todos os trabalhadores da UFABC (docentes, técnicos administrativos e terceirizados), no intuito de desconstruir preconceitos e promover maior preparo para acolhimento e acompanhamento de vítimas de violência;

Solicitamos a contratação imediata de 50% de seguranças mulheres na Universidade Federal do ABC;

Por fim, mas não menos importante é a prática e política institucional que tem sido a de apagamento dos registros de violência na Universidade e nos casos de violência contra a mulher não foi diferente. Solicitamos que todas as denúncias de qualquer tipo de violência, seja registrada, averiguada, encaminhada e solucionada, nos trâmites que competem à Universidade e aos órgãos e setores externos, dando-se a devida e qualificada visibilidade, sem que ocorra exposição das vítimas, para que todos possam se organizar e enfrentar tais adversidades."

ANEXO III

Moção de Repúdio à falta de segurança das mulheres e de tratamento inadequado às vítimas de violência sexual

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO (ConsUni) da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), no uso de suas atribuições, em sua _ sessão ordinária de 2016, realizada no dia 19 de abril de 2016, tomou conhecimento da situação crítica de segurança das mulheres em relação a proteção contra violência sexual. Destacam-se sobre a situação, os casos de violência sexual no entorno do campus da UFABC em São Bernardo do Campo, o caso de omissão para com aluna que sofrera estupro e fora impedida de entrar na universidade em Santo André, com o agravante de omissão de ajuda por parte da equipe de segurança, dentre outros casos que apontam para insegurança das mulheres da UFABC e das mulheres do entorno dos campus.

O ConsUni repudia veementemente o caso de omissão por parte da UFABC, ressaltando que o tratamento inadequado do caso piorou a situação da vítima e a expôs para o estupro, ao invés de ter sido ouvida e protegida. Este acontecimento pode levar ao desencorajamento geral de outras vítimas em pedir ajuda e realizar denúncias, acrescentado da evidência do despreparo dos funcionários para tratar uma vítima de violência sexual.

O ConsUni solidariza-se completamente com a discente vítima neste caso, e com todas as outras vítimas de violência sexual, e coloca-se continuamente à disposição para discutir e elaborar políticas que visem a diminuir o sofrimento dessas mulheres e resultar em segurança para todas.

O ConsUni recomenda a elaboração de política de segurança que leve em conta as questões específicas das mulheres, junto a tratamento apropriado para com as vítimas de violência sexual.

O ConsUni recomenda aos discentes, técnicos administrativos e docentes que denunciem e, de maneira alguma, sejam coniventes com atos de violência sexual, seja no espaço físico da universidade, seja nos ambientes que o estendem, como redes sociais e eventos organizados pelas entidades e membros da comunidade acadêmica.

O ConsUni determina aos órgãos internos que apoiem e discutam em conjunto com as entidades representativas dos diversos segmentos: ações, projetos e políticas para o enfrentamento da questão de insegurança das mulheres e violência sexual dentro e fora da UFABC.

O ConsUni recomenda, ainda, que a Reitoria realize reuniões para tratar da iluminação dos campi e seu entorno com as Secretarias de Segurança dos municípios de Santo André e São Bernardo do Campo e, em um prazo de 60 dias, apresente posicionamento efetivo.

_ sessão ordinária, _ de abril de 2016.



ANEXO IV



Nota sobre a violência sexual e política de acesso

Nas últimas semanas diversos relatos de casos de violência sexual, estupro, ocorrido com alunas e moradoras do entorno da Universidade, em ambos os campus, tornaram-se públicos.

O último caso, corajosamente, a vítima postou um relato nas mídias sociais descrevendo sua dor, seu medo, mas também evidenciando que a violência não está apenas no fato individualizado (estupro), mas também nas entranhas da sociedade e de suas instituições. Essa vítima, aluna da UFABC, conforme seu relato, após a violência ainda teve que brigar para entrar no campus (ainda que relatasse que estava sendo perseguida pelo seu estuprador) e teve seu relato questionado pelos seguranças que se acharam no direito de interrogá-la antes mesmo de acionar a polícia militar.

O relato é triste, desolador e evidencia o machismo e o despreparo da sociedade para lidar com a violência sexual respeitando a vítima, a mulher. Sabemos que a Universidade está a par do ocorrido, porém até o momento não se manifestou, o que vimos foi um silenciamento por parte da universidade em torno da questão.

O SinTUFABC repudia veemente os atos de violência ocorridos fora e dentro do campus da Universidade. Entendemos que a violência de gênero é uma questão social, mas também é uma questão que deve ser absorvida pela Universidade, quer seja pela sua responsabilidade social quanto instituição pública, ou para garantir a igualdade de direito entre os diferentes membros de sua comunidade interna ou, no limite, como contratante, se responsabilizando pela capacitação de seus trabalhadores para que estes não repliquem a violência de gênero vigente no país.

Desta forma, reivindicamos medidas administrativas que empoderem a mulher e deixe a gestão da Universidade mais feminina e plural, capaz, desta forma, de ter empatia com a causa das mulheres, encaminhando suas demandas, mas também agindo preventivamente: desde os primeiros relatos de violência sexual no campus (ocorridos no final de 2015), onde supostamente o agressor era trabalhador terceirizado da empresa responsável pelas obras, que a comunidade feminina pede, por exemplo, maior iluminação no campus e nos arredores. Além disso, em uma gestão mais plural, talvez, pautas simples dos técnicos administrativos como a questão do fraldário e da creche, não precisasse ser motivo de mobilização.

Contudo, entendemos que a questão que envolve os problemas relatados passa pela política de acesso ao campus. O SinTUFABC defende que as políticas de acesso à Universidade sejam abertas e amplamente discutidas com a comunidade acadêmica. Criticamos que o projeto de integração da Universidade ao bairro esteja sendo constantemente desfigurado para garantir uma "segurança" a comunidade interna. Contudo, esta é a segurança que queremos? A atual política de segurança, que não sabemos exatamente qual é pois o assunto é tratado como 'tabu' e não se convoca amplo debate, neste exemplo, voltou-se contra uma vítima. Por isso, reivindicamos novamente esta discussão e reforçamos que não trata-se de uma questão isolada: achamos que os principais

Avenida dos Estados nº 5001, 11º andar, sala 111, bairro Bangu, Santo André-SP, CEP: 09.210-580 CNPJ: 18.099.141/0001-79,
Portal Web: <http://www.sintufabc.org.br> Correio Eletrônico: contato@sintufabc.org.br

cargos que definem a dinâmica da vida com a comunidade acadêmica devam ser eleitos paritariamente pela comunidade acadêmica, assim como o cargo de reitor. Reivindicamos comissões deliberativas compostas de alunos, TAs e docentes, com a presença de mulheres, que decidam sobre o acesso e as políticas de segurança, contrário ao que acontece atualmente onde as questões de segurança são tratadas como um problema setorial (da Prefeitura Universitária), que tem pouco envolvimento com os diferentes grupos da comunidade acadêmica e, consequentemente, desconhecem suas demandas cotidianas.

Esperamos que a Universidade se reconheça responsável por esta pauta: não podemos admitir que novas violências aconteçam sem que tenhamos nos mobilizado em prol de mudanças de comportamento, de política de acesso ao campus e práticas democráticas. Todo apoio precisa ser dado às vítimas, mas é preciso agir para que não sejamos acusados de conivência com novas violências, dessa ou de outra magnitude. As mulheres têm o direito de se reconhecer na gestão da Universidade, de se sentir seguras e de ser respeitadas como integrante dessa comunidade.

Por fim nos solidarizamos com as vítimas e com a luta das mulheres dentro e fora da UFABC.

Coordenação Geral do SinTUFABC
18 de abril de 2016

ANEXO V

"[NOTA SOBRE OS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL]

O DCE se posiciona contra os abusos sexuais que estão ocorrendo no entorno dos campi. Repudiamos com veemência a atitude da equipe de segurança, do chefe de segurança da Universidade e da Prefeitura Universitária que não prestaram o suporte e auxílio necessário para uma das vítimas de violência sexual, chegando até mesmo a duvidar do abuso, o que fez com que a vítima ficasse mais vulnerável e suscetível a mais agressões emocionais e psicológicas, tanto por parte do abusador quanto por parte do próprio segurança da UFABC e da Polícia Militar. Ou seja, gerou-se um transtorno e uma dor que poderia ter sido amenizada ou mesmo evitada, caso a equipe de segurança da UFABC fosse mais preparada e instruída para lidar com questões essenciais da humanidade, que é a vida em primeiro lugar e a prestação de socorro adequada, priorizando sempre o amparo à vítima.

Também repudiamos contundentemente o testemunho do segurança a favor do estuprador, e colocando-se contra, mais uma vez, a vítima do abuso e de uma violência tão brutal que infelizmente todos os dias atinge tantas mulheres no nosso país. Gostaríamos de ressaltar que estamos de portas abertas e à total disposição para qualquer tipo de auxílio ou amparo que as vítimas possam precisar, além de informar que já estamos nos articulando, juntamente com os coletivos feministas da UFABC, bem como com a Secretaria de Segurança de São Bernardo do Campo informando a esta secretaria os casos que tinham ocorrido até o momento. Continuaremos, agora mais do que nunca, a exigir providências a respeito da segurança das mulheres no entorno dos campi. Além disso, já solicitamos melhorias na iluminação, implantação de câmeras e segurança à Secretaria de Segurança Urbana de Santo André e pediremos também o apoio da Secretaria de Política para as Mulheres da cidade, com o objetivo de trabalharmos mais de perto as questões relacionadas ao tema do abuso sexual. No que tange o despreparo do Chefe de Segurança e a postura negligente da Prefeitura Universitária, cobraremos de forma contundente uma maior capacitação da equipe de segurança da universidade para lidar com situações de apoio às vítimas, bem como a presença de seguranças mulheres na UFABC que hoje inexistem. Cobraremos também, incessantemente, a devida punição do chefe de segurança, que demonstrou total falta de humanidade e respeito ao lidar com a vítima desse episódio tão revoltante. A UFABC demora a se pronunciar sobre os diversos casos de estupro que estão ocorrendo no entorno dos campi portando-se de maneira alheia às demandas dos alunos, ao que acontece fora dos portões da universidade e vivendo em uma realidade outra à medida que se trancafia em suas torres.

O que está em jogo é a vida das estudantes da instituição e, portanto, exigimos respeito e ações concretas já! Não vão nos calar! Vamos cobrar, nos mobilizar e exigir mudanças!"

ANEXO VI

MOÇÃO DE PREOCUPAÇÃO COM A VIOLÊNCIA NO ENTORNO DOS CAMPI DA UFABC

O CONSUNI da UFABC manifesta sua preocupação com os inúmeros episódios de violência que vêm ocorrendo no entorno dos Câmpus da UFABC, e solicita aos órgãos de segurança pública que atuem urgentemente nessas regiões no sentido de minimizar tais ocorrências, buscando o bem estar de toda a comunidade acadêmica e da comunidade dos entornos.



ANEXO VII

MOÇÃO DE REPÚDIO

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO (ConsUni) da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), no uso de suas atribuições, em sua XX sessão ordinária, realizada no dia 19 de abril de 2016, manifesta extrema preocupação e com relação aos diferentes ataques direcionados a Constituição Federal brasileira evidenciadas nos documentos PLP257/2016, “A ponte para o Futuro” e “Sociedade órfã”, emitidos por diferentes atores da esfera política, explicitados abaixo.

Nas últimas semanas, o governo federal (via ministro da Fazenda e ministro do Planejamento), com a concordância de muitos secretários de fazenda dos governos estaduais, encaminhou ao Congresso o projeto de lei PLP nº 257/2016. Trata-se de uma severa proposta de ajuste fiscal, com gravíssimas repercussões em desfavor dos direitos dos trabalhadores, servidores públicos, usuários de serviços públicos em geral.

A pretexto de equilibrar finanças públicas deterioradas, o Projeto de Lei Complementar PLP nº 257/2016 traz medidas de vedação ou restrição severa, tais como: limitação de reajustes; vedação da criação de cargo, emprego ou função pública; alteração de estrutura de carreira; provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título e previsão de privatizações em até 24 meses, por exemplo. E, não bastassem essas drásticas medidas, pretende-se oficializar o plano de desligamento voluntário de servidores públicos (PDV).

Repudiamos um Estado que pretende legislar o rebaixamento salarial, congelar o salário mínimo, suspender concursos públicos, parcelar salários e direitos ou mesmo não os pagar, conforme intenciona esta PLP 257/2016. Da mesma maneira, por levarem aos mesmos efeitos repudiamos o documento A PONTE PARA O FUTURO, da Fundação Ulysses Guimarães, uma antecipação do eventual governo futuro do vice-presidente Michel Temer (PMDB). Entendemos que essas propostas sinalizam retrocesso social, com quebra de garantias jurídicas, políticas públicas, com repercussão na vida nacional durante várias gerações.

Da mesma forma, mas de maneira indireta, a manifestação pessoal do Secretário de Educação do Governo de São Paulo, sr. Renato Nalini, com a publicação do artigo “A sociedade órfã” na página oficial da Secretaria, se mostra como mais um ataque aos direitos constitucionais, ao defender que o Estado se despeça de seus deveres básicos agindo apenas como um “assegurador das condições essenciais a que indivíduos e grupos intermediários possam atender à sua vocação”, mas, contraditório ou deliberadamente, exclui a educação dentre as ferramentas capazes de assegurar essas ‘condições essenciais’, por isso não precisaria ser assegurada pelo Estado. Ora, sendo esse sr o secretário de Educação de SP e tendo feito uso da página oficial da Secretaria, entendemos que esta é uma defesa grosseira pela inadimplência social do Estado, pelo descumprimento de direitos básicos aos cidadãos. Repudiamos este pensamento, e acreditamos que não é possível, mesmo em sociedades liberais, desvincular a educação dos deveres do Estado. A educação é a base que permite igualdade de oportunidades aos cidadãos, por isso é a base da justiça, uma função que o Estado que preze pelos seus cidadãos, não pode se abster de conduzir.

Se reformas institucionais são necessárias, ainda assim, as alterações legais ou constitucionais realizadas pelo Congresso Nacional, ou intencionadas em qualquer outra esfera do poder político, precisam respeitar o legado dos direitos sociais presente na Constituição Federal de 1988, na CLT e no Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União, de suas autarquias e das fundações públicas federais. Por essas razões expressamos nosso repúdio ao teor

precarizante, confessadamente privatizante e liberalista inconsequente que constam nos documentos do PLP 257/2016, “A ponte para o futuro” e do artigo “A sociedade órfã”; seus conteúdos carecem de legitimidade e de respeito aos fundamentos e princípios da República Federativa do Brasil.

